



IDEOLOGIA E DISCURSO

Neuza Guareschi

RESUMO - *Ideologia e Discurso.* Este artigo apresenta primeiramente o conceito marxista tradicional de ideologia com significados negativo e positivo mostrando o debate recente sobre este conceito. Num segundo momento, discute o conceito de discurso o qual parte de uma posição pos-estruturalista para uma análise Foucaultiana, para depois referir a visão de alguns autores atuais sobre esse conceito. Após a apresentação desta discussão teórica sobre estes conceitos, procura relacioná-los, mostrando as possíveis conexões existentes entre eles as quais também serão fundamentais na visão de autores atuais. O principal objetivo dessa discussão teórica sobre ideologia e discurso é aprofundar a discussão sobre alguns tópicos dentro da área da educação crítica e das teorias culturais, o que poderá também proporcionar um melhor entendimento da influência desses dois conceitos no trabalho dessas áreas.

Palavras-chave: *ideologia, discurso e educação crítica.*

ABSTRACT - *Ideology and Discourse.* In this article I will first present the traditional Marxist concept of ideology with its negative and positive meanings, and show the recent debate about this concept. Second, I will discuss the concept of discourse, which begins from a poststructuralist position going into a Foucaultian analysis, and then refer to the viewpoints of some contemporary authors. After presenting this theoretical discussion of ideology and discourse, I will try to relate these two concepts, showing possible connections between them. This will also be based on the works of contemporary authors. The main purpose of this discussion about ideology and discourse is to raise theoretical issues about these concepts and provide a basis for understanding critical education and cultural theories. This discussion can also help towards a better understanding of how these two concepts have influenced critical educational work.

Key-words: *ideology, discourse, critical education.*

No campo das teorias educacionais e culturais críticas, Apple e Weis (1983) e McCarthey e Apple (1988) afirmam que, para que tenhamos uma compreensão mais ampla do que é sociedade, precisamos considerar a intersecção das esferas do econômico, do cultural e do político, em relação às inúmeras diferenças, como as de classe, gênero e etnia. Mas, principalmente, é preciso considerar nessa dinâmica a importância fundamental do problema da ideologia e do discurso. Além disso, tais autores também asseguram que a ideologia tem que ser considerada em seu significado dialético ou, como coloca Larrain (1983), que há uma distinção entre as concepções negativa e positiva de ideologia. A concepção negativa refere-se a algum tipo de pensamento distorcido ou, conforme o ponto de vista marxista, a uma “falsa consciência”. A concepção positiva refere-se à construção da consciência social, isto é, a uma concepção múltipla de ideologia, que provém das diferentes posições sociais ocupadas pelos sujeitos sociais, em virtude dos vários grupos de que participam na sociedade. Não obstante, penso que é necessário aprofundar essa descrição teórica e investigar outras abordagens importantes da relação entre ideologia e discurso, presentes no pensamento de diversos autores preocupados com esse tema.

Considerar o conceito de ideologia nos campos da educação crítica e das teorias culturais conduz inevitavelmente à discussão sobre as lutas educacionais e políticas. Tal conceito está presente nos estudos e pesquisas produzidos nesses dois campos, os quais têm modificado nossa compreensão a respeito do processo educacional, nas últimas três décadas. O trabalho de Apple, *Ideologia e currículo* (1979), marcou a relevância do conceito nessas áreas. Com base em teóricos como Antonio Gramsci e Raymond William, Apple apresenta uma análise de como a ideologia se torna inerente às escolas. Utilizando uma concepção estruturalista de classe e ilustrando sua reflexão com fatos históricos, ele mostra como os aspectos técnicos, administrativos e culturais do processo escolar (especialmente no que se refere às diferenças de gênero e raça) refletem a hegemonia de classe da ordem social. Apple examina a natureza da hegemonia, isto é, as inter-relações da economia e da ideologia com a cultura, e como o controle econômico é transferido para o controle social na prática diária da escola. O conceito gramsciano de hegemonia tornou-se fundamental para os estudos sobre currículo e ideologia: nestes, o foco de atenção é a produção de significados e de formas de consciência, em torno de lutas políticas que podem se desenvolver a partir dos processos educacionais. Assim, pode-se dizer que o conceito de ideologia e, mais recentemente, o conceito de discurso tornaram-se fundamentais nos estudos sobre educação crítica. A compreensão de como a ideologia funciona, conjugada com a análise de elementos culturais, deu espaço para lutas sociais e políticas, a partir das quais, pelo menos em alguns casos, processaram-se transformações no interior das práticas escolares.

Por outro lado, as teorias sobre o discurso completaram e reforçaram os estudos educacionais, ampliando-os e complexificando-os no sentido de incluírem o

problema da linguagem junto à análise dos contextos históricos e das práticas institucionais. A teoria do discurso e a análise dos processos discursivos fornecem um suporte para abordar a questão das posições do sujeito. Dentro da análise do discurso pós-estruturalista, alguns estudos concebem a ideologia como a própria condição de nossa experiência de mundo, isto é, a ideologia é usada para referir-se a sistemas de significados, para referir-se aos modos como trabalhamos e vivemos e para referir-se aos modos simbólicos como representamos nossa existência. Catherine Belsey (1980, p.5) afirma que “a ideologia está inscrita no discurso [...] não é um elemento separado que existe independentemente em algum reino de idéias que flutuam livremente... mas um modo de pensar, de falar, de experienciar”; já Diane MacDonel (1986, p. 59) diz que “todos os discursos são ideologicamente posicionados; nenhum é neutro”.

Contudo, antes de começar a desenvolver teoricamente os conceitos de ideologia e discurso, é importante deixar claro que vou apresentar esses conceitos em uma certa ordem; não que eu considere que haja uma cronologia inerente a eles, ou que devem ser tratados segundo aparecem ou são apresentados na literatura, ou ainda que eles podem ser mutuamente substituíveis. Pelo contrário, estou considerando que esses conceitos estão inseridos numa dinâmica temporal, e isso não remete de modo algum a uma conotação pejorativa ou valorativa no modo como são aqui apresentados.

Uma das questões imediatamente relacionadas com o debate sobre a relação entre ideologia e discurso é a que se refere ao uso da palavra *sujeito*. McCarthy e Apple (1988) chamam a atenção para o “caráter dialético da ideologia”, dizendo que ele está relacionado com o sentido oposto dessa palavra, ou seja, com o *objeto*:

(...) as pessoas podem tanto ser sujeitos de um governante como sujeitos da história. A palavra sujeito é usada em sentidos diferentes: o primeiro, passivo e o segundo, ativo. Assim, as ideologias não somente sujeitam as pessoas à ordem social preexistente. Elas também qualificam os membros dessa ordem para a ação social e a mudança. Desse modo, as ideologias funcionam muito mais do que um tipo de cimento que mantém a sociedade coesa. Elas conferem poder ao mesmo tempo que privam de poder (p.24).

Com relação à palavra *sujeito*, também é importante assinalar, epistemologicamente, a diferença entre essa palavra e a palavra *indivíduo*. Nas discussões das Ciências Sociais, *sujeito* diz respeito às pessoas que estão de posse de suas próprias ações ou que podem reagir e tornar-se ativas em situações de dominação. Por outro lado, o termo *indivíduo*, muito comum no discurso psicológico positivista, como distinto do discurso psicanalítico, refere-se às pessoas que podem ser determinadas e dominadas pelas pressões ideológicas. Smith (1988, p. xxxv) faz uma distinção entre esses termos, afirmando que “o indivíduo é ideologicamente planejado para dar a falsa impressão de que os seres humanos são

livres e autodeterminados, ou que são constituídos por consciências indivisas capazes de controle”. Por outro lado, ele compreende o sujeito como “posições de sujeito”, o que significa “uma forma de subjetividade na qual, em virtude das contradições e perturbações nas e entre as posições-de-sujeito, existe a possibilidade de resistência à pressão ideológica...”. Assim, de acordo com Smith (1988), podemos dizer que as pessoas não são simplesmente determinadas e dominadas pela pressão ideológica de qualquer discurso ou ideologia superior, mas elas são também agentes de um certo “discernimento”. A noção de *posições-de-sujeito* será considerada mais detalhadamente no desenvolvimento deste texto.

Não é minha intenção aqui incluir diferentes conceitos, extensos históricos, de ideologia. Na primeira parte, apresentarei a tradição marxista desse conceito, com o significado negativo e positivo de ideologia, e mostrarei o debate elaborado hoje por alguns autores como Larrain (1979, 1983, 1994), Althusser (1971), Purvis e Hunt (1993) e Hall (1996).

Ideologia

A questão acerca do que constitui a concepção central de ideologia dentro da tradição marxista tem ocupado o cerne do debate entre os teóricos marxistas. A primeira concepção de ideologia apareceu nos trabalhos de Marx com um sentido negativo, isto é, para Marx a ideologia distorcia e desfigurava a contradição entre forças e relações de produção. Mais tarde, a ideologia foi retratada como a totalidade de formas da consciência social e foi expressa pelo conceito de superestrutura ideológica. Finalmente, a ideologia assumiu uma conotação positiva, especialmente nos trabalhos de Lenin, Lukács e Gramsci, nos quais ela representa o conjunto de idéias políticas vinculadas aos interesses de classe (Larrain, 1983). Sob o ponto de vista de Larrain, o significado negativo de ideologia é concebido em termos de “um conceito crítico que de algum modo distorce a compreensão dos homens [*sic*] acerca da realidade social”. O conceito positivo de ideologia é concebido em termos de “expressão de visão de mundo de classe [...] pode-se falar de ‘ideologias’ no plural como a opinião, teorias e atitudes formadas dentro de uma classe a fim de defender e promover seus interesses (1979, p.14).

As idéias de Larrain sobre a versão negativa e positiva de ideologia são de que, enquanto a última concepção conseguiu influência preponderante na trajetória subsequente da teoria marxista de ideologia, a primeira é a que provê o ponto crítico para o pensamento de Marx. São palavras de Larrain (1932, p.42):

As conotações críticas e negativas do conceito de ideologia são [...] sempre usadas para um tipo específico de erro que está vinculado, de uma ou de outra forma, com a ocultação ou a distorção de uma realidade contraditória e invertida. Nesse sentido é tanto um conceito restrito como histórico; restrito porque

não abrange todos os tipos de erro e porque nem todas as idéias dominante são afetados por ele; histórico, porque depende da evolução das contradições.

Larrain também afirma que o sentido negativo não envolve necessariamente a ideologia como mera ilusão, nem é redutível a uma concepção de “falsa consciência”, ou de que as idéias produzidas pelas classes subordinadas expressem e reproduzam as relações materiais dominantes e os interesses a elas associados. Assim, a definição que Larrain apresenta da concepção de ideologia em Marx concentra-se na idéia de “confusão”: “A ideologia é uma forma particular de consciência que fornece um retrato inadequado ou distorcido das contradições, seja ignorando-as, seja confundindo-as” (Larrain, 1983, p. 27).

Purvis e Hunt (1993) dão um passo à frente na distinção que Larrain faz entre significados negativo e positivo de ideologia, argumentando que a concepção de que todo o pensamento é socialmente construído pode ser verdadeira, mas é também insuficiente. O que suas concepções de ideologia acrescentam é a “afirmativa de que ideologia apresenta uma *direcionalidade* no sentido que a ideologia sempre atua em favor de alguns e em prejuízo de outros” (id., *ibid.*, p. 478). A idéia do autor é de que a simples análise ou compreensão da ideologia mostra a existência de relações sociais como naturais e inevitáveis e não associa interesses particulares aos lugares específicos de onde elas se originam. A versão crítica de ideologia desses autores está preocupada com a explicação de como as formas de consciência geradas pelas experiências vividas, das classes e grupos sociais subordinados, facilitam a reprodução de relações sociais existentes e, assim, impedem que tais classes e grupos desenvolvam formas de consciência que revelem a natureza de sua subordinação. Conseqüentemente, Purvis e Hunt (1993) retificam a terminologia de Larrain (1983), denominando o sentido negativo de ideologia de “concepção crítica de ideologia”, e o sentido positivo de ideologia, de “concepção sociológica de ideologia”.

Para esses autores, o significado crítico de ideologia implica que a ideologia delimita um espaço no qual o conhecimento e a experiência sociais são construídos, de modo a “mistificar” as circunstâncias de classes subordinadas ou grupos dominados. Seu enfoque reside

nos efeitos ou conseqüências sociais que nos levam a sugerir que o modo mais incisivo pelo qual o conceito de ideologia pode ser empregado é o de identificar os ‘efeitos ideológicos’. Deveria ser enfatizado que esse ponto de vista não envolve quaisquer implicações ou negação ou reversão que figurem tão fortemente na metáfora ótica de Marx acerca da câmara escura ¹ (Purvis e Hunt, 1993, p. 478).

O significado sociológico de ideologia, por sua vez, converge para uma concepção plural, diretamente relacionada à posição social específica de classe, dos grupos e agentes.

A ideologia é o resultado de posição social objetiva e, mais significativamente, como uma esfera ou arena de luta, é uma concepção que abre a porta teórica para noções de uma multiplicidade de 'ideologias' oponentes, mas não implica uma correspondência na qual cada classe social articula sua própria ideologia específica. (ibid).

A pluralidade de ideologias oponentes também está vinculada a concepções de posição social e de interesses objetivos. Apesar de considerarem que o significado sociológico de ideologia se fundamenta na concepção de ideologia como o veículo de “experiências vividas”, Purvis e Hunt (1993) também afirmam que esse sentido de ideologia, para os marxistas contemporâneos, criou uma tendência a obscurecer ou juntar os conceitos de ideologia e discurso, quando “a referência à ideologia tem pouco a ver com uma doutrina declaradamente política ou mesmo com sistema coerente de crenças” (Clifford, 1987, p. 121). Contudo, é a concepção crítica de ideologia que torna possível uma compreensão de ideologia não redutível ao discurso. Uma das conseqüências importantes dessa concepção, enfatizada por tais autores, é que a noção de ideologia não diz respeito a “idéias” ou “pensamentos”, ainda que a concepção de Marx tenha sido analisada em torno da distinção mente/ser. Nesse sentido, a ideologia está mais preocupada com “o campo da experiência vivida” do que com “o pensar” (ibid., p.479). Não obstante, a idéia de discurso não foi inteiramente omitida nos escritos de Marx. Ele fez um reconhecimento crítico mas breve da importância da linguagem em *A Ideologia Alemã*. De acordo com Williams (1977), a linguagem para Marx é concebida como um elemento essencial do social, como um dos seus quatro aspectos primários:

O modo distintamente humano de produção desse material primário foi caracterizado em três aspectos: necessidades, novas necessidades e reprodução humana [...] A humanidade distintiva do desenvolvimento é então expressa pelo quarto 'aspecto' de que tal produção é, desde o princípio, também uma relação social. Envolve, portanto, desde o princípio, como um elemento necessário, aquela consciência prática que é a linguagem. (p.29-30).

Desse modo, Purvis e Hunt (1993) explicam as origens epistemológicas diferentes entre os conceitos da teoria do discurso e os da teoria da ideologia marxista. Concebem a última como enraizada na *teoria da ação*, que se organiza em torno do dualismo de ação e consciência, e a primeira como uma das principais conseqüências da *virada lingüística*, que produz uma ruptura na teoria da ação, focalizando a atenção na centralidade da “constituição lingüística do social”. No que diz respeito a superar a visão reducionista da definição marxista de ideologia, alguns teóricos como Larrain (1983), Barret (1991) e Hall (1996) indicam as intervenções de Althusser (1971) como fundamentais, basicamente quando o estruturalismo althusseriano sugere que a ideologia tem uma existência material que determina os sujeitos.

A concepção de ideologia de Althusser é compreendida, na análise de Larrain (1983), a partir da distinção entre significados negativo e positivo de ideologia. A noção negativa de ideologia de Althusser (1971) é feita através da distinção entre ideologia e ciência. A ideologia é concebida como teoricamente imperfeita, e a ciência, como conhecimento verdadeiro. Althusser (1971) opõe uma prática teórica ideológica a uma prática teórica científica, na qual a última funciona como resultado da primeira para produzir conceitos científicos. A prática teórica ideológica formula falsos problemas, cuja solução está já produzida fora do processo de conhecimento (Larrain, 1979, p. 157). Nesse sentido, a ciência descreve a forma ideal que motiva a luta dentro da ideologia. Então a ciência não é nem uma categoria sociológica nem uma categoria epistemológica, mas pode ser compreendida como uma resposta às condições materiais e ideológicas da existência². Em relação à distinção entre concepções críticas e sociológicas de ideologia, postuladas por Purvis e Hunt (1993), a noção de Althusser de ideologia como “experiência vivida” é similar à última concepção. Eles argumentam que Althusser desenvolve um quadro teórico no qual a ideologia aparece como um mecanismo que constitui os sujeitos, interpelando-os, ou uma concepção de sujeitos como constituídos na e através da ideologia: “a ideologia é concebida como um campo dentro de formações ideológicas alternativas ou oponentes” (id. *ibid.*, p. 482). Conseqüentemente, na distinção entre os significados negativo/crítico e positivo/sociológico de ideologia, para Althusser, o mais importante é sua concepção de “interpelação”. Os “indivíduos” são interpelados como “sujeitos” nos discursos dos aparelhos ideológicos, os quais garantem a reprodução das relações sociais. Althusser (1971, p. 173) afirma que as ideologias podem funcionar “somente constituindo sujeitos como sujeitos”. E, ainda segundo o ponto de vista de Purvis e Hunt (1992), deve-se considerar como se correlacionam aí estes dois aspectos: “a retenção por parte de Althusser da dupla ideologia/ciência [...] e a noção de indivíduo sendo interpelado na e através da ideologia” (idem). Ou seja: é exatamente no interior dessa relação (de interpelação pela ideologia) que os indivíduos se constituem como sujeitos. Os autores afirmam ainda que a característica-chave da interpelação não é somente o sujeito ser ‘chamado’ pelo ‘outro’ poderoso, mas que igualmente importante é o processo de reconhecimento por parte do sujeito interpelado; um reconhecimento que atesta o mecanismo dualístico da sujeição e da subjetividade” (id., *ibid.*, p. 482).

A proximidade entre a teoria de ideologia em Althusser e a teoria do discurso é enfatizada por Purvis e Hunt (1993). Embora Althusser sublinhe inicialmente a materialidade da ideologia, há uma mudança em sua concepção, da produção de “idéias” para a produção de “sujeitos.” Contudo, apesar de Althusser não oferecer um quadro teórico sobre a prática lingüística como uma prática material, a ideologia nele não é reduzida a um mero reflexo da experiência vivida dos indivíduos. Por outro lado, o conceito de interpelação, definido como “chamada”, isto é, como “a metáfora de ser chamado verbalmente e assim constituído como sujeito social através de nosso reconhecimento ou não reconhecimento do cha-

mado” é fundamental para a concepção de discurso (id. *ibid.*, p. 483). A noção de interpelação constrói “sujeitos” que reconhecem — que estão, de fato, predispostos a reconhecer — o chamado dos discursos ideológicos. A aproximação entre o conceito de ideologia de Althusser e a teoria do discurso é referida por Stuart Hall (1996, p. 30), quando este afirma que:

as revisões de Althusser [à teoria da ideologia] patrocinaram um movimento decisivo para além da abordagem da ideologia como ‘idéias distorcidas’ e como ‘falsa consciência’. Esse movimento abriu a porta para uma concepção de ideologia mais lingüística ou “discursiva”. Ele colocou em pauta o tema totalmente negligenciado de como a ideologia se torna internalizada, como chegamos a falar ‘espontaneamente’ dentro dos limites de categorias de pensamentos que existem fora de nós e as quais se pode mais acuradamente dizer que nos pensam.

Com os argumentos acima podemos compreender que, através do discurso, os indivíduos são interpelados como sujeitos ou, como dizem Purvis e Hunt (1993, p. 483-484): “a ideologia representa aquelas formas específicas de discurso cujos conteúdos são inadequados para articular os interesses daquelas categorias sociais (classes, grupos, etc.) que são constituídas através desses discursos”. Assim, tal discussão é oferecida a fim de guiar e oferecer uma base para o debate que se segue acerca de ideologia e discurso.

Discurso

Nesta parte do trabalho, mostrarei a história do conceito de discurso — a partir da posição pós-estruturalista e chegando a Foucault — e posteriormente aos pontos de vista de Larrain (1994), Purvis e Hunt (1993), Barret (1991) e Hall (1977, 1996).

As críticas pós-estruturalistas da teoria de ideologia desenvolveram o conceito de discurso como um modelo teórico alternativo. Contudo, como afirma Barret (1991), não podemos simplesmente substituir um pelo outro “deixando intocados as idéias e os conceitos a eles referentes”. Para compreender o âmbito e a relevância da mudança que se realiza, do tratamento da ideologia para o do discurso, na teoria social, “temos de avaliar o desenvolvimento dos usos do termo discurso em seus contextos mais amplos”(p.124). O discurso emergiu como um objeto apropriado de estudo em vários lugares, mais ou menos na mesma época. Dentro da tradição que se preocupa com a crítica da ideologia, o debate foi centralizado através da hermenêutica e da pragmática da comunicação. Contudo, uma outra tendência no estudo do discurso, nessa mesma tradição, é captada pela abordagem que deriva da lingüística estrutural. No estruturalismo e no pós-estruturalismo, explora-se uma variedade de técnicas para a análise do dis-

curso. Ao caracterizar a produção lingüística dos seres humanos como “discursos”, a abordagem estruturalista leva muito a sério tanto a forma quanto o conteúdo da linguagem. Saussure (1983, 1989) diferencia linguagem de língua. Embora para ele os dois conceitos sejam importantes, esse autor considerava que o objeto de estudo da lingüística deveria ser a língua (corpo virtual que está a nossa disposição) e, que só depois desse ser estudado como um sistema de signos é que os lingüistas deveriam se dedicar ao estudo da fala. Assim, na abordagem de Saussure, a língua liga o signo à estrutura lingüística. O signo só existe enquanto diferente de um outro signo e, portanto, ele existe enquanto colocado num sistema, e este sistema é a estrutura lingüística, ou seja, estudar os signos é simultaneamente estudar a língua enquanto sistema de signos.

Para Saussure então, o signo é a unidade mínima, a entidade delimitada menor possível, e o significado e o significante³ são duas facetas de um mesmo elemento que são definidos para que possamos entender a natureza do signo. Para Saussure (1983, 1989) também, a forma não estava em oposição ao conteúdo, como o senso comum costumava pensar. Para ele, a oposição era: expressão (significante) e conteúdo (significado). Em Saussure, a forma é um recorte específico sobre uma massa amorfa, que ele chama de substância, é a resultante do sistema de signos. A forma da língua é dada pelas relações que as unidades lingüísticas mantêm entre si. A forma e a estrutura da língua não interpretada semanticamente. Assim, Saussure fala em forma e conteúdo, mas não como um par de opostos conceituais. O par é: expressão e conteúdo. Ou seja, Saussure se refere ao significado como conceito, a idéia e ao significado como imagem acústica; uma faceta material do signo que não importa como materialidade, ou seja, que não importa a escrita do signo ou o seu som. O que importa é a representação psíquica do som ou da escrita ou da imagem, o som como fenômeno psicológico, a impressão psicológica do som naquele que escuta. Desta forma, ambos, significante e significado são fenômenos psíquicos, ou ambos são mentais. Não que sejam só mentais, mas a questão é que eles interessam a lingüística enquanto fenômenos psíquicos.

Ainda, Saussure considera a relação entre significado e significante arbitrária embora ele mesmo considerasse esse termo problemático porque arbitrário é aquilo que pode ser mudado, o que não ocorre com o signo. Como arbitrário, Saussure quer dizer, imotivada, ou seja, não há nada no significado que o faça se ligar a um significante específico, isso leva a considerar que esta relação pode ser mudada. Assim como não há nada intrínseco que ligue um significante a um significado, também não há justificativa plausível para mudá-lo. Se a arbitrariedade faz com que um signo possa ser mudado, ela mesma também faz com que um signo não possa ser mudado. Esse autor também coloca que, além de não se ter razão para mudar uma relação significante-significado que se estabeleceu com base no uso, simplesmente, a própria força do uso faz com que haja uma certa fixidez nesta relação. Não que ele seja fixo em si, mas a força do hábito estabelece esta condição mais ou menos imutável, junto com a arbitrariedade.

Baseado nessa questão de mutabilidade e imutabilidade do signo referenciada por Saussure, é que Purvis e Hunt (1993, p. 485), argumentam ser também o discurso uma “rede social de comunicação do indivíduo através do meio da linguagem ou dos signos-sistemas não-verbais. Sua característica chave é a de por no lugar um sistema de signos vinculados”. Também baseados nessas questões evocadas por Saussure, Stuart Hall (1977, p.322) oferece a seguinte definição geral de discurso: “Conjuntos de ‘experenciados’ pré-fabricados e pré-constituídos, organizados e arranjados em torno da linguagem”. Nesse sentido, o discurso sustenta um veículo para o pensamento, comunicação e ação, e o discurso tem sua própria organização interna. Assim, “o discurso é um sistema de estruturas com limites variavelmente abertos entre ele mesmo e outros discursos” (id.ibid.).

Por outro lado, as elaborações acerca do discurso, feitas por Foucault, questionam que se considere a ação do discurso simplesmente como um texto, palavras ou linguagem, no sentido de comunicação. A análise de Foucault revela que a natureza do discurso depende não de um mundo real, estável, natural representado no discurso, mas de um mundo histórico e social, fluido e mutável (Dant, 1991). O conceito de discurso em Foucault (1972) fundamenta-se na análise pós-estruturalista da história social e da cultura contemporânea. Dreyfus e Rabinow (1983) consideram que o filósofo situa-se para além do estruturalismo e da hermenêutica, mas que é preciso situar o Foucault de *A Arqueologia do Saber* e o Foucault depois de abandonar *A Arqueologia*. Para eles, Foucault mantém “a técnica estrutural de focalizar tanto o discurso quanto o orador como sendo objetos construídos, ainda que [esse seja] um passo necessário para livrá-lo de considerar que os discursos e práticas dessa sociedade simplesmente expressam o modo como as coisas são” (p.xxvii).

De acordo com Luke (1996), Foucault descreve o caráter construtivo do discurso, isto é, que tanto nas formações sociais como em situações locais e em seus usos, o discurso realmente define, constrói e posiciona os sujeitos humanos. Os discursos “sistematicamente formam os objetos sobre os quais eles falam”, moldando as redes e as hierarquias para a categorização institucional e o tratamento das pessoas (p.8). Assim, o conceito de discurso para Foucault é mais relacionado com o contexto. Para ele, a questão que a descrição do discurso coloca é de como “um enunciado determinado apareceu ao invés de outro” (1972, p. 27). A definição de Foucault sobre os enunciados é de que eles não são proposições ou sentenças. Ele explica que a função enunciativa, que é contextual, pode diferenciar um enunciado de outro, mesmo quando em termos gramaticais ele é preposicional e o conteúdo é o mesmo. Nesse sentido, “enunciados” são a unidade molecular que cria a unidade discursiva dos enunciados, que Foucault chama de “discurso” ou, mais precisamente, “uma formação discursiva”. Para Foucault, as “formações discursivas” são caracterizadas pelos sistemas de dispersões, os quais constituem a base de regularidades discursivas (Barrret, 1991, p. 127-128). Embora haja diferentes versões do conceito de “formações discursivas”, em geral, elas

convergem no sentido de que esse conceito agrega o discurso. Então, a questão que surge é se há algo fora do discurso. Foucault (1972) insiste em manter a distinção entre reinos discursivos e não-discursivos. Contudo, Laclau e Mouffe (1985), opondo-se a Foucault, rejeitam a distinção entre discursivo e não-discursivo⁴.

Nesse ponto, o que tem de ser considerado, de acordo com Purvis e Hunt (1993), é que todos os esforços para especificar um acesso único ao “social”, seja através do discurso ou através da ideologia, podem arriscar-se a ser uma “expansão longa” pela tentativa de abranger o “social” sob uma conceituação unificadora. A discussão que Foucault faz da teoria do discurso envolve uma rejeição explícita das categorias marxistas, que são principalmente relacionadas com o conceito de ideologia. Nesse sentido, Barret (1991) assinala que a crítica de Foucault ao conceito de ideologia e seu conceito de discurso devem ser relacionados com questões teóricas mais amplas, tais como aquelas relativas ao contexto sociológico e histórico do discurso, especialmente ao problema do determinismo, tópicos concernentes à epistemologia e à questão do conhecimento, verdade e poder, e tópicos concernentes à definição do sujeito, da ação, do eu e da ética. Por exemplo, a interpretação foucaultiana de discurso como oposto à ideologia é referida aos pressupostos de Althusser:

Gostaria de dizer, primeiramente, qual tem sido a meta de meu trabalho nos últimos vinte anos. Meu objetivo, ao contrário, tem sido criar um história dos diferentes modos pelos quais em nossa cultura seres humanos se tornam sujeitos (1982, p. 208).

Na análise de Larrain (1994), quando o estruturalismo era muito influente na França, tanto Althusser quanto Foucault foram influenciados por ele e por caminhos diferentes chegaram a relacionar o conhecimento com práticas institucionais e rejeitaram a centralidade do sujeito. Contudo, Foucault recusou-se a aceitar a oposição entre ideologia e ciência e entre conhecimento e poder, levando a problemática do poder para além da esfera de dominação de classe e de dominação do estado. Enquanto o conceito de totalidade permanece crucial para Althusser e o ajuda a definir uma categoria central do modo de produção como articulação de instâncias sociais, o que, em última análise, é determinado pela estrutura econômica, Foucault rejeita a idéia de totalidade, porque “coloca todos os fenômenos em torno de um único centro” (Foucault, 1972, p. 10). O que Foucault quer afirmar é a idéia de uma dispersão que não tem centro, e enfatizar a descontinuidade e a diferença. A análise de Althusser é colocada dentro da problemática da reprodução da dominação; já Foucault mostra o comprometimento de tornar clara a dominação, mas por outro lado está preocupado em evitar qualquer homogeneização da dominação, reforçando a separação entre discurso e ideologia. Uma das principais críticas de Foucault ao marxismo é que ele dá à ideologia importância demasiada como um veículo de poder:

Com essas análises que priorizam a ideologia é que sempre está pressuposto um sujeito humano na linha do modelo fornecido pela filosofia clássica, dotado com uma consciência de que o poder deve então ser pensado como algo que deve ser conquistado (1980, p.131).

Foucault continua dizendo que, em lugar de estudar os efeitos do poder na consciência individual, devem ser estudados os efeitos do poder no corpo. Assim, ao contrário de Althusser, Foucault recusa-se a aceitar que o sujeito seja constituído pela ideologia. Para ele, o sujeito é moldado pelo poder através de seu corpo, e não através da consciência. Para o autor, “deveríamos tentar apreender a sujeição em sua instância material como uma constituição do sujeito” (1980, p. 97). A partir dessa crítica, fica também compreendido que, para Foucault, o poder está inscrito dentro dos discursos e não fora deles, e o conceito de ideologia está preso dentro de um humanismo teórico do sujeito.

Apesar de Foucault claramente colocar o discurso em oposição à ideologia, Purvis e Hunt (1992) analisam os pressupostos de Foucault sobre o discurso a partir da distinção entre o significado crítico e sociológico da ideologia. Para esses autores, a rejeição de Foucault ao humanismo e à dicotomia verdade/falsidade coloca-o em uma oposição sem ambigüidade com respeito a toda a noção de “ideologia crítica”. Contudo, sua visão de discurso como meio de luta “espelha a investida central daquela característica do conceito de ideologia de Marx como terreno no qual as pessoas se tornam conscientes desse conflito e lutam contra isso”. Nesse sentido, a concepção de discurso de Foucault é muito similar à versão sociológica de ideologia definida por Purvis e Hunt (1993). Esses autores também sugerem que, apesar da distinção que Foucault faz entre ideologia e discurso, a oposição entre os dois conceitos não seria tão grande assim: Purvis e Hunt lembram que, no Ocidente, a preferência dos intelectuais recai sobre a concepção marxista de ideologia, em lugar do conceito de discurso pensado por Foucault. De acordo com eles, os discursos seriam tipicamente “profissionais”, por emergirem de sítios de produção institucionalizados. Conseqüentemente, tais discursos seriam “impostos”, no sentido de que geram posições de sujeito, nas quais as pessoas são “inseridas” (através do discurso). “O efeito paradoxal é que, enquanto um dos temas mais proeminentes de Foucault é a tese de que onde há poder há resistência, a natureza da resistência é ela própria concebida como a produção de discursos alternativos”. (Purvis e Hunt, 1993, p. 489).

Uma outra característica relevante do trabalho de Foucault é a tentativa de compreender o vínculo entre o discurso e as instituições sociais. Cada conjunto de práticas sociais está localizado no interior de “formações discursivas”, e é por estar estruturado; em primeiro lugar, porque o sistema de enunciados que constitui a formação não é meramente uma unidade mas também uma “dispersão”; e, em segundo lugar, porque o conceito de formação discursiva focaliza sua atenção nas condições que tornam a formação possível. Foucault distingue entre práticas discursivas e práticas não-discursivas. Estas são concebidas como relações pri-

márias existentes, “independentemente de todos os discursos ou todos os objetos de discurso que podem ser descritos entre as instituições, técnicas e formações sociais” (1972, p. 45). O que Foucault pode oferecer com essa análise é a possibilidade de uma explicação para o surgimento da ideologia, a partir de um complexo de práticas sociais e institucionais, ou a possibilidade de realizar estudos históricos concretos sobre as conexões e circunstâncias que tornam possíveis novos conjuntos de práticas institucionais, não redutíveis aos discursos. Além disso, sua análise das formações discursivas rompe com a preocupação interna da lingüística estrutural, a fim de focalizar as condições externas ou sociais nas quais os discursos são formados e transformados. Desse modo, Purvis e Hunt (1993) explicam que a teoria do discurso em Foucault — que se diferencia da teoria da ideologia — não é totalmente incompatível com esta. A teoria do discurso foucaultiana pode fornecer aberturas para o conceito sociológico de ideologia, através da interação e interconexão do discurso com as práticas institucionais.

Ideologia e discurso

Após apresentar a discussão teórica acerca de ideologia e discurso, tentarei relacionar o conceito de ideologia ao de discurso, mostrando possíveis conexões desses dois conceitos, as quais se fundamentarão principalmente nos trabalhos de Laclau e Mouffe (1985), Larrain (1996), Barret (1991), Purvis e Hunt (1993) e Hall (1988, 1996).

Dentro de uma perspectiva pós-marxista⁵, a possível distinção entre práticas discursivas e não-discursivas é negada por Laclau e Mouffe (1985). Para eles, uma formação discursiva nunca está inteiramente “fechada”, no sentido de prover um sistema unitário ou coeso que permita somente alguns enunciados e exclua outros. Para Laclau e Mouffe, todos os objetos são constituídos como objetos de um discurso, e cada discurso tem um caráter material (p.107). A identidade e unidade de um discurso é completamente relacional e não depende de um sujeito fundante, isto é, “diversas posições de sujeito aparecem dispersas dentro de uma formação discursiva, mas essas posições de sujeito não podem nem ser permanentemente fixas nem entrar em relações permanentemente fixadas” (p.109). Essa é a razão por que os sujeitos não podem ser a origem das relações sociais e por que seu caráter discursivo não pode especificar o tipo de relações que poderiam existir entre eles. Também porque não há distinção entre discursivo e não-discursivo, tudo na sociedade é construído discursivamente, inclusive as relações e as contradições sociais.

Em relação à noção marxista de ideologia, Laclau e Mouffe (1985) se colocaram contra o marxismo, considerando-o uma forma de essencialismo, porque aceitam a “natureza irredutível da diferença” e a “precária” identidade de todos os sujeitos. A política deveria ser concebida como o processo de “articulação”⁶

dessas diferenças e de constituição de novos sujeitos (p. 112-115). Ao criticar o essencialismo marxista e o reducionismo de classe, Laclau e Mouffe abandonam não somente o conceito negativo de ideologia de Marx, mas também a primeira versão (negativa) de Althusser de uma teoria da ideologia “em geral”, cujo exclusivo papel funcional seria o de reproduzir relações de produção. Laclau (1977) começa argumentando contra Althusser, afirmando que a ideologia não pode ser simultaneamente um nível de qualquer formação social e o oposto de ciência. Como Larrain (1996) indica, a posição de Laclau e Mouffe mostra primeiro

que a diferença não pode ser reduzida à identidade e, portanto, a totalidade social não pode ser concebida como constituída por uma contradição básica que se manifesta ou se expressa em todos os níveis, mas precisa ser pensada como uma unidade que é construída através de diferenças (em vez da homologia das práticas); em segundo lugar, embora nem toda a contradição na sociedade possa ser reduzida à contradição de classe, cada contradição é sobredeterminada pela luta de classe” (p. 48-49).

Larrain (1996) e Barret (1991) concordam em afirmar que a importante contribuição de Laclau e Mouffe para a sociologia diz respeito a conceitos que não remetem necessariamente à “pertença de classe” e à afirmação de que as unidades constitutivas das ideologias podem ser articuladas em uma variedade de discursos ideológicos que representam diferentes classes. O caráter de classe de um conceito não é dado por seu conteúdo, mas por sua articulação em um discurso ideológico de classe. Assim, de acordo com Larrain (1996, p. 49), “não há ideologias ‘puras’ que necessariamente correspondam a certos interesses de classe. Cada discurso ideológico articula várias interpelações, das quais nem todas são interpelações de classe.” Além disso, de acordo com Quantz (1996), essa não é toda abrangência do trabalho teórico de Laclau e Mouffe, que também provê uma compreensão sobre história e cultura. Através de sua análise da hegemonia, eles indicam uma estratégia para a atividade democrática radical, a qual, embora não abandone as orientações utópicas, não assume nem uma história dialética nem teleológica. Sua ênfase nas posições do sujeito e na particularidade das lutas sociais fornece potenciais discursivos para descrever a história e orientar a transformação política.

Por outro lado, Hunter (1988) e, também, Purvis e Hunt (1993) apresentam alguns aspectos críticos a respeito do trabalho de Laclau e Mouffe, especialmente no que tange ao ponto em que esses autores tentam superar o reducionismo e o essencialismo marxistas. Para Hunter, Laclau e Mouffe abandonam (em vez de aperfeiçoá-la) a compreensão de economia, de classe e de determinação. “Parecendo temer que quaisquer concessões de importância a essas categorias levarão os economistas ao reducionismo, Laclau e Mouffe ignoram o quanto as relações econômicas de fato constróem a vida social moderna e o quanto as relações de classe estruturam de fato as práticas e identidades sociais” (p.889). Apesar de

Purvis e Hunt concordarem quanto à contribuição significativa de Laclau e Mouffe para a concepção sociológica/positiva de ideologia, afirmam que o problema não satisfatoriamente resolvido por esses autores reside em não encontrar um caminho para além da identificação do problema da “articulação” e da “sobredeterminação”. Segundo essa crítica, torna-se necessário encontrar termos apropriados com os quais possamos ser capazes de especificar os cerceamentos que afetam a emergência das formações discursivas. A esse respeito, os autores defendem a posição de que, a fim de recuperar um papel construtivo para a teoria da ideologia, é necessário rever os conceitos de ideologia, hegemonia e senso comum de Gramsci, especialmente através da discussão que Stuart Hall faz sobre essas concepções.

Antes de abordar a análise que Hall faz de Gramsci, Larrain (1996) argumenta que o trabalho do pensador italiano representa um avanço decisivo para a concepção positiva de ideologia. Larrain também sugere que a rejeição de Gramsci em relação ao sentido fortemente “crítico” de ideologia em Marx ocorreu antes que o texto *A Ideologia Alemã* estivesse disponível para Gramsci; e que a concepção “positiva” de ideologia não se desenvolve em reação a, mas em virtude da ignorância das fortes afirmativas acerca do modelo “negativo” (1996, p. 78-79). Além disso, Barret enfatiza que o trabalho de Gramsci não é restrito ao debate positivo/negativo de ideologia, mas que suas importantes formulações são centralizadas na teoria de ideologia, que circunscreve a saliência política das lutas ideológicas e culturais, ou na “insistência de Gramsci sobre o arbítrio político humano” (1991, p. 27). Para Hall, Gramsci oferece argumentos contra a “explicação reducionista da superestrutura”, mostrando como o capitalismo não é apenas um sistema de produção, mas uma forma completa de vida social. Hall refere que Gramsci usa o termo ideologia não em seu “sentido clássico”, como sistemas de idéias, mas como “uma condição que é implicitamente manifesta na arte, na lei, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva”. Ele também a vê em termos de funções históricas: seu papel em “preservar a unidade ideológica de um bloco social inteiro”; de prover indivíduos e grupos com suas várias “concepções de mundo”, que influenciam e modificam suas ações e, sobretudo, como um meio para “organizar as massas humanas e criar mais um terreno onde os homens adquiram consciência de sua posição, luta, etc” (1988, p. 55).

Hall (1988) retoma Gramsci em relação a recentes desenvolvimentos nas teorias do discurso para contribuir mais claramente para as discussões em torno da relação entre ideologia e discurso. Quanto ao conceito de discurso, Hall nota que, embora a linguagem não fosse um ponto principal para Gramsci, ele estava acuradamente cômico de sua importância, apesar de nunca ter dedicado substancial atenção à conexão entre linguagem e ideologia. Contudo, Hall reconhece, no conceito gramsciano de senso comum, uma relação íntima entre os conceitos de discurso e ideologia. Com base em Gramsci, Hall define o senso comum como “uma forma histórica, não uma forma natural ou universal ou espontânea de pen-

samento popular, necessariamente fragmentada, desarticulada e episódica”. O sujeito do senso comum “é composto de todas as formações ideológicas contraditórias” (1996, p. 43). Assim, o senso comum (ou discurso popular) é tanto o meio de ação social como o constitutivo de relações sociais que o reproduzem. O tema central do trabalho de Stuart Hall tem sido a importância da prática política para a geração de senso comum transformador, o que também foi extremamente enfatizado por Gramsci. Não obstante, os significados de ideologia e discurso em Hall se sobrepõem. Como diz Hall:

Por ideologia entendo o referencial mental — as linguagens, os conceitos, categorias, imagens de pensamento e sistemas de representação — que diferentes classes e grupos sociais empregam a fim de dar sentido, de definir, de conceber e tornar inteligível o modo como a sociedade funciona (1996).

Larrain (1996) torna mais explícita a noção de ideologia de Hall e sua aproximação com a teoria do discurso, ao destacar três aspectos nessa definição: (1) “a ideologia não consiste de conceitos isolados e separados, mas em uma articulação de diferentes elementos num conjunto ou cadeia distinto de significados”; (2) “as afirmações ideológicas são feitas por indivíduos, mas as ideologias não são produto da consciência ou intenção individual” — elaboramos nossas intenções dentro da ideologia —; (3) “as ideologias ‘trabalham’ elaborando para seus sujeitos — individuais e coletivos — posições de identificação e conhecimento que lhes permitam ‘verbalizar’ verdades ideológicas como se fossem seus genuínos autores” (p.49). Mais diretamente relacionados aos conceitos de ideologia e discurso, “os mecanismos da ideologia devem se preocupar com a produção de sujeitos e as categorias inconscientes que fazem que surjam formas de subjetividade”; para Hall, os discursos da Nova Direita (New Right) estavam comprometidos com a produção de novas posições do sujeito e com transformações de subjetividades. Aqui, de acordo com Purvis e Hunt (1993), Hall fala de produção e de mecanismos de ideologia, mas também parece deduzir que o discurso é um mecanismo. O que esses autores defendem é que é necessário estabelecer uma distinção entre discurso como *processo* e ideologia como *efeito*. Conforme esse ponto de vista, “discurso e ideologia podem prover um referencial para a análise de campos discursivos e de todo o seu potencial, mas não necessariamente para a análise dos efeitos ideológicos.” Contudo, não há oposição necessária entre esses dois conceitos: conexões de suplementação e expansão podem existir (p.479).

Finalmente, podemos perceber que as delimitações ou interseções da teoria do discurso e da ideologia foram delineadas principalmente no modo como Hall articula esses dois conceitos, isto é:

a ‘unidade’ a que interessa é um vínculo entre aqueles discursos articulados e as forças sociais com as quais esse vínculo pode — sob certas condições histó-

ricas, mas não necessariamente — ser conectado. Assim, uma teoria da articulação⁷ é tanto um modo de compreender como os elementos ideológicos (sob certas condições) chegam a ligar-se coerentemente dentro de um discurso, como um modo de perguntar como eles se tornam ou não articulados, em algumas conjunturas específicas, para certos sujeitos políticos⁸ (1996, p. 141-142).

As contribuições de Stuart Hall para o desenvolvimento da “teoria da articulação” foram significativas e necessárias para certos movimentos como, por exemplo, para o movimento das mulheres negras, para re-teorizar as forças sociais como gênero, raça, etnia e sexualidade, e suas relações com a categoria de classe. Além disso, a teoria da articulação de Hall também tem contribuído para outros trabalhos, no campo dos estudos culturais e da educação crítica, os quais, por exemplo, focalizam a dinâmica de classe, gênero e raça nas escolas (veja-se, por exemplo, quando Apple e McCarthy (1988) discutem a posição “paralelista” dessas dinâmicas). Essas abordagens apresentam interseções com o trabalho de Hall, especialmente em dois pontos fundamentais: primeiro, quando Hall resiste à tentativa de redução à classe, modo de produção, estrutura, bem como quando resiste à tendência do culturalismo de reduzir cultura à “experiência”. Segundo, quando ele enfatiza a importância de articular o discurso a outras forças sociais, sem avançar “sobre a borda” de transformar tudo em discurso. Quando Hall “reina no discurso” ou “domestica a ideologia”, ele o faz insistindo na assertiva de Althusser, de que não há prática fora do discurso sem que se reduza todo o mais a ele (Slack, 1996, p. 121).

Do mesmo modo, Hall critica Foucault por enfatizar excessivamente o discurso, abandonando o ideológico em sua noção de poder. Também relacionada a esses pressupostos de articulação de Hall, a posição de Laclau e Mouffe rejeita o reducionismo e determinismo marxista: eles explicam a noção desse conceito (articulação), dizendo que não há sujeitos que possam ser especificados fora do discurso, não há identidades fixas, não há interesses essenciais, não há condição determinante, não há contradições necessárias. Tudo na sociedade é variável e contingente, porque é construído discursivamente, e em um discurso pode somente haver fixações de significados parciais e temporários (1985, p. 107-109). Assim a noção de “prática articulatória” como “a construção dos pontos nodais com significados parcialmente fixos” constituem uma tentativa de deter o fluxo das diferenças, de construir. Isso, por exemplo, é o que Teresa de Laurentis (1990) manifesta como sendo a história da teoria feminista, isto é, a história de uma série de práticas de articulação (p.269). De fato, também o significado de articulação — que emerge dos trabalhos de Hall e de Laclau e Mouffe — está fornecendo a base para a compreensão de algumas práticas, não somente nos campos dos estudos feministas, mas também no campo da educação crítica e das teorias culturais.

Por exemplo, no campo da educação crítica e das teorias culturais, Bromley tem-se preocupado com alguns pontos que podem integrar a ideologia e o discurso:

(...) a auto-consciência não é um simples produto da história pessoal tão-somente — a história precisa receber algum significado através do discurso (possivelmente um discurso que envolva comprometimento e luta) selecionado dentre os que estão disponíveis na cultura. E a consciência resultante é ela própria somente o início de um processo de chegar a se constatar que o sujeito é construído dentro das relações de gênero (raça e classe, e inserido em outros eixos de opressão) pelas relações sociais (1989, p. 211).

A abordagem de Bromley vincula o cultural ao material e o pessoal ao social. Em outras palavras, as condições materiais dão lugar à história pessoal do indivíduo (identidade). Quando essas condições são interpretadas através de “algum modo de discurso cultural”, isso leva a uma “forma particular de (auto)consciência”. A consciência, por sua vez, torna possível “uma compreensão individual do papel” que as condições materiais tiveram “em formar a própria identidade da pessoa”. Em suma, Bromley assinala três pontos importantes. Primeiro, a história pessoal pode ser multidirecionada e contraditória, e também é possível que a pessoa “se envolva em discursos múltiplos e contraditórios”. O autor explica que, “como uma consequência da dependência histórica da consciência (identidade) e das interpretações (discurso), a consciência pessoal pode também ser múltipla e contraditória (diferenças intra-individuais)”. Segundo, a consciência de um indivíduo “não é mais fixa do que os modos do discurso que se desenvolvem através do tempo”. Finalmente, o discurso que está disponível “é por si só um objeto de luta coletiva, com aplicações para saber quem somos e como percebemos as condições que enfrentamos” (p.221). Bromley critica a falha do marxismo em abordar a realidade “subjativa” da opressão, ao mesmo tempo que defende a teoria educacional que tenta catalisar movimentos para a mudança social, tentando usar contribuições pós-estruturalistas sobre a natureza da subjetividade, sem perder os compromissos políticos do marxismo (1989, p. 208). Embora Bromley pense que o pós-estruturalismo “retrata modos disponíveis de discurso como constitutivos da subjetividade humana e poderosamente cerceadores da ação humana”, ele também assinala que o pós-estruturalismo “tende para o apolítico, porque frequentemente perde o foco marxista de situar indivíduos e acontecimentos dentro de conflitos mais amplos.” (p.208).

Através da discussão apresentada acima, procurei fazer um estudo sobre a relação teórica e também epistemológica entre os conceitos de ideologia e discurso, tentando demonstrar o quanto há, entre esses conceitos, pontos de complementaridade e de contraposição. Também foi objetivo desta discussão trazer aos trabalhos dos estudos culturais e da educação crítica algumas contribuições teóricas para se poder avançar cada vez mais na ação de transformação social a que esses estudos sempre se propuseram.

Notas

1. Esse termo foi empregado metaforicamente em *A Ideologia Alemã de Marx*, e se refere ao aspecto humano da consciência, que ele designa como "reflexos e ecos dos processos vitais."
2. Althusser (1971) também discute uma diferença entre a teoria da ideologia em geral – ideologia como não tendo história, no sentido de que sua estrutura e forma seriam imutáveis através da história – e teoria de ideologia – considerando aqui as diferentes ideologias enquanto informações sociais históricas concretas que dependem de certa combinação de modos de produção e de uma luta de classe específica.
3. Importante colocar que na época em que Saussure falou sobre esses dois conceitos, entre 1907 e 1911 quando ensinou o curso de lingüística geral, considerava o significado e o significante como duas facetas de uma mesma coisa, como por exemplo uma folha de papel. Assim, o significado seria uma face do papel e o significante a outra, quando cortarmos o papel, cortamos simultaneamente os dois lados dele, o que significa que o signo é algo indivisível. Já no pos-estruturalismo, final da década de 60, início dos anos 70, acontece uma alteração no conceito de signo. Ele não é mais considerado como aquela unidade mínima indivisível, mas torna-se separado. O signo se parte: o significante e o significado são as unidades mínimas sendo o significante a parte mais importante. Isso levou a idéia de que um significado remete ao outro, que remete a outro e a outro, todos ligados num mesmo significante. Essa mudança é explicada por Barthes (1988) quando refere que o signo não é mais o objeto de estudo da semiologia, mas o significante e seus deslocamentos. O objeto desta ciência dos significantes não é mais descobrir o significado latente dos signos, mas denunciar a própria fissura na representação do sentido.
4. Essa diferença será apresentada mais tarde na explicação do conceito de ideologia e discurso do ponto de vista de Laclau e Mouffe.
5. O conceito de pós-marxismo é definido por Hall quando este se explica a si mesmo como "um pós-marxista somente no sentido que eu reconheço a necessidade de ir além do marxismo ortodoxo, além da noção de marxismo legitimada pelas leis da história. Mas eu ainda trabalho de algum modo dentro do que eu entendo serem os limites discursivos de uma posição marxista ... assim 'pós' significa para mim entrar no campo de um conjunto de problemas estabelecidos, de uma problemática. Não significa deserta desse terreno, antes usá-lo como um ponto de referência" (1996, p.32).
6. Ao rejeitar o reducionismo e determinismo do marxismo, Laclau e Mouffe (1985) desenvolveram uma nova concepção de determinismo como articulação onde eles acreditam que a única alternativa ao reducionismo e determinismo absolutos é a total indeterminação e contingência.
7. Para Hall, teoria da articulação é a forma de conexão que faz a unidade entre dois elementos diferentes, sob certas condições. "É um vínculo que não é necessariamente determinado, absoluto e essencial para sempre ... Assim chamada, a unidade de um discurso é realmente a articulação de diferentes elementos que podem ser rearticulados de distintas maneiras porque eles não têm uma interdependência necessária" (1996, p. 115).

8. Hall (1996, p. 142) coloca essa questão de um modo mais claro quando explica que: “A teoria da articulação pergunta como uma ideologia descobre seus sujeitos em vez de como os sujeitos pensam os necessários e inevitáveis pensamentos, os quais os pertencem; isso nos capacita a pensar como uma ideologia pode criar nas pessoas algum poder que as habilita a dar algum sentido ou inteligibilidade a suas situações históricas, sem fazer com que se reduza essas formas de pensar as situações sócio-econômicas de classe ou posição social a que pertencem”.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Lenin and Philosophy*. Trans. Ben Brewster. New York and London, Monthly Review Press, 1971.
- APPLE, M. *Cultural Politics and Education*. Teachers College Press: New York, 1996.
- APPLE, M. and WEIS, L. *Ideology and Practice in Schooling: A Political and Conceptual Introduction*. Philadelphia: Temple University Press, 1983.
- BARRET, M. *The Politics of Truth: From Marx to Foucault*. Stanford CA: Stanford University Press, 1991.
- BARTHES, R. Change the Object Itself: Mythology Today. In: _____, Image, Music, Text. New York: The Noonday Press, 1988, p 165-169.
- BELSEY, C. *Critical Practice*. New York: Routledge, 1980.
- BROMLEY, H. Identity Politics and Critical Pedagogy. *Educational Theory*, vol. 39, No. 3, Summer 1989.
- CLIFFORD, J. Ideology into Discourse: A Historical Perspective. *Journal of Advanced Composition*. Vol. 7, No. 1-2, 1987.
- DANT, T. *Knowledge, Ideology and Discourse: A Sociological Perspective*. New York: Routledge, 1991.
- DE LAURENTIS, T. Feminist Studies/Critical Studies: Issues, Terms, and Contexts. In De Laurentis, T. *Feminist Studies/Critical Studies*, Bloomington: Indiana University Press, 1986.
- DE LAURENTIS, T. Upping the Anti (sic) in Feminist Theory. In Hirsch, M. and Keller, E. *Conflicts in Feminism*. New York: Routledge, 1990.
- FOUCAULT, M. *The Archaeology of Knowledge & The Discourse on Language*. New York, Pantheon Books, 1972.
- FOUCAULT, M. Truth and Power. In: Gordon, C. (Ed.) *Michel Foucault, Power/Knowledge*. Brighton: Harvester Press, 1980.
- FOUCAULT, M. The subject and Power. In: Dreyfus and Rabinow, *Michel Foucault*, Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- HALL, S. Culture, the Media and the Ideological Effect, In: Curan, J. et al. *Mass Communications and Society*. London: Edward Arnold, 1977.
- HALL, S. The Problem of Ideology: Marxism without Guarantees. In: David, M. and Chen, K.H. *Stuart Hall: Critical Dialogues*. Routledge : London and New York, 1996.

- HALL, S. The Toad in the Garden: Thatcher Among the Theorists. In: Nelson and Grossberg, *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- LACLAU, E. *Politics and ideology in marxist Theory*. London: New Left Books, 1977.
- LACLAU, E. and Mouffe, C. *Hegemony and Socialist Strategy*. London, Verso, 1985.
- LARRAIN, J. *The Concept of Ideology*. London: Hutchinson, 1979.
- LARRAIN, J. *Marxism and Ideology*. London, Macmillan, 1983.
- LARRAIN, J. *Ideology & Cultural Identity*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- LARRAIN, J. Stuart Hall and the Marxist Concept of Ideology. In: David, M. and Chen, K.H. *Stuart Hall: Critical Dialogues*. Routledge : London and New York, 1996.
- LUKE, A. Text and Discourse in Education: An Introduction to Critical Discourse Analysis. *Review of Research in Education*, v. 21, 1996.
- MCCARTHY, C. and Apple, M. Race, Class and Gender in American educational research: toward a nonsynchronous parallelist position. In: Weis, L. *Class, Race, and Gender in American Education*. Albany: SUNY Press, 1988.
- MACDONELL, D. *Theories of Discourse: An Introduction*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- MOUFFE, C. Radical Democracy: Modern or Postmodern? In: A. Ross, *Universal Abandon? The Politics of Postmodernism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- PURVIS, T. and HUNT, A. Discourse, ideology, discourse, ideology, discourse, ideology...*The British Journal of Sociology*, Vol. 44, Issue No. 3, September 1993.
- QUANTZ, R. On Critical Ethnography With Some Postmodern Consideration. In: *Handbook of Qualitative Research*, edited by LeComte, W. Millroy, and J. Preissley, San Diego, CA: Academic, 1992.
- SAUSSURE, F. *Course in general linguistics*. La Salle, Illinois: Open Court, 1989.
- _____. *Curso de Linguística Geral*. 11ª ed., São Paulo: Cultrix, 1983.
- SMITH, Paul. *Discerning the Subject*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- SPARKS, C. Stuart Hall, Cultural Studies and Marxism. In David, M. and Chen, K.H. *Stuart Hall: Critical Dialogues*. Routledge : London and New York, 1996
- WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

Neuza Guareschi é professora do Instituto de Psicologia PUC-RS.

Endereço para correspondência:

Av. Ipiranga, 6681
 90.610-001 - Porto Alegre - RS
 Fone: (051) 320 3500, ramal 4466

E-mail: nmguares@music.pucrs.br